

SÃO PAULO, 20 DE AGOSTO DE 2003.

## **MAIORIA DAS CATEGORIAS NÃO CONSEGUE REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO**

Das 149 negociações salariais registradas pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – no primeiro semestre de 2003, apenas 46% resultaram em reajustes equivalentes ou superiores à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE), indicador utilizado como parâmetro para a recomposição dos salários no processo de negociação coletiva. A maioria dos reajustes salariais observados no período (54%), portanto, não garantiu a recuperação do poder aquisitivo dos salários.

Essa é a primeira vez, desde a extinção da política salarial, que a maioria das negociações coletivas analisadas resulta em reajustes salariais inferiores à variação integral do INPC-IBGE. Mesmo no primeiro semestre de 1999, considerado o pior momento para as negociações salariais, 55% das categorias então incluídas no balanço das negociações haviam pelo menos conseguido assegurar reajuste equivalente à inflação oficial.

Também chama a atenção a proporção de negociações que estabeleceram reajustes muito abaixo da inflação do período de doze meses que antecedeu a data-base: 17% das categorias tiveram reajuste 5 ou mais pontos percentuais abaixo do INPC. Considerando-se apenas o conjunto de acordos cujos índices de reajuste foram inferiores a esse indicador, 31% concentraram-se justamente na faixa dos reajustes 5% menores que este índice. Por outro lado, tomando em conta exclusivamente os casos de êxito na recomposição dos salários, houve uma alta frequência de reajustes que variaram de 0% a 1% acima do INPC-IBGE: de um subtotal de 68 negociações, 87% enquadram-se nessa faixa.

No que diz respeito à localização territorial das negociações, 65% dos acordos e convenções coletivas considerados são da região Sudeste; 18% referem-se à região Sul, 10%, à Centro-Oeste e 5%, à Nordeste. Da região Norte provém apenas 1% das informações.

Entre os setores de atividade econômica, a indústria (48%) e os serviços (40%) são os que respondem pela maioria das informações analisadas. Os acordos formalizados pelos comerciários representam 12% do total de ocorrências.

Com relação às datas-base, maio e março concentram maior número de negociações: 50% e 18% do total, respectivamente.

O fato de os resultados apurados nos primeiros meses deste ano serem bastante negativos em comparação com períodos anteriores pode ser indicativo de uma fase de dificuldades sensíveis para os trabalhadores que se sentam às mesas de negociação. Mesmo porque os resultados desta primeira metade de 2003 são bastante inferiores aos do mesmo período de 2002 – quando 59% das categorias conseguiram repor a

inflação – e mais ainda aos seis primeiros meses de 2000 e 2001, quando 68% das negociações resultaram em reajuste equivalente, no mínimo, ao INPC-IBGE para a sua data-base.<sup>1</sup>

Diversos fatores contribuíram para a dificuldade de recomposição dos salários para categorias com data-base entre janeiro e junho. Em primeiro lugar, a inflação acumulada se manteve em patamares muito altos. Pela primeira vez, desde a implementação do Plano Real, em 1994, as negociações coletivas ocorreram em uma conjuntura que exibiu índices de inflação acumulada entre 14% e 20%.

Além disso, o baixo crescimento econômico nacional e a elevada taxa de juros praticada no país contribuíram para o endurecimento do empresariado nas negociações coletivas.

### **CRESCE O PARCELAMENTO**

No que diz respeito à forma de concessão dos reajustes, é possível que esteja despontando uma tendência conjuntural importante no padrão das negociações salariais no país: trata-se do recurso patronal ao parcelamento dos índices de reajuste salarial ao longo dos meses subsequentes à data-base. No período compreendido entre 1997 e 2002, entre 2% e 9% do total dos acordos analisados pelo DIEESE parcelaram os reajustes negociados.

Em 2003, a prática parece estar se difundindo em maior escala. Em 33% dos acordos analisados o reajuste convencionado não foi aplicado de imediato aos salários, mas decomposto em parcelas a serem incorporadas aos vencimentos dos trabalhadores no transcorrer do primeiro e segundo semestres.

Considerando apenas o conjunto das negociações que resultaram em parcelamento dos índices conquistados pelos trabalhadores ao final das rodadas de negociação, em 63% dos casos, os trabalhadores já haviam sido prejudicados pelo estabelecimento de índices insuficientes para repor a inflação acumulada. Nos restantes 37% das ocorrências, o índice negociado foi igual ou apenas ligeiramente superior ao INPC-IBGE.

A prática do parcelamento dos reajustes acarreta aos trabalhadores, mesmo quando os índices são suficientes para recompor as perdas inflacionárias, um prolongamento da defasagem de seus salários por meses a fio. A alta frequência desses parcelamentos parece ser indício de que o quadro das negociações salariais neste ano tem sido, na verdade, ainda pior do que o esboçado pelas análises até agora expostas.

A maioria das ocorrências de reajustes fracionados se aplicou à indústria (55%), enquanto os trabalhadores do setor de serviços firmaram 39% dos acordos desse tipo.

### **COMPORTAMENTO DOS SETORES**

Comparando-se os setores de atividade econômica entre si, constata-se que os trabalhadores da indústria e do comércio obtiveram boa proporção de resultados favoráveis - respectivamente, 58% e 68% dos acordos firmados por essas categorias recompuseram, com ou sem ganhos reais, o poder de compra dos salários. A indústria, apesar da presença marcante de reajustes abaixo do INPC-IBGE (42%), foi o setor em que se contratou a maior proporção de índices superiores à inflação: 35%. No comércio, as negociações foram encerradas, em geral, com a recomposição simples da inflação: 61% delas selaram reajustes pelo INPC-

---

<sup>1</sup> Embora estes levantamentos tenham sido sensíveis para captar tendências e características das negociações salariais, não podem ser tomados como séries históricas, visto que não constituem amostragens estatísticas e tampouco resultam de um acompanhamento sistemático das mesmas categorias profissionais, compondo um painel que inclui toda e qualquer informação a que o Departamento tenha acesso.

IBGE integral. Por outro lado, repetindo uma situação já apontada em 2002, os resultados mais insatisfatórios deste ano registraram-se no setor de serviços: 76% das negociações foram concluídas com reajustes inferiores ao índice mensurado pelo IBGE.

Uma última distinção entre as negociações salariais praticadas em 2003 e as dos anos anteriores é a irrelevância percentual dos casos de concessão de abono salarial. O exame dos dados coletados pelo DIEESE aponta apenas 3% de negociações que resultaram em abono – em todos os casos, ainda assim, apenas como complemento a índices efetivamente incorporados aos salários.

### **ICV-DIEESE**

Quando a análise do quadro geral das negociações salariais se pauta pelo ICV-DIEESE – Índice do Custo de Vida calculado pelo DIEESE –, as conclusões tendem a ser menos alarmantes. Inverte-se a proporção entre os acordos bem sucedidos e aqueles que não foram capazes de recompor os níveis reais de remuneração dos trabalhadores: a maioria das negociações coletivas (56%) firmadas no primeiro semestre conseguiu repor a inflação do período.

Tal contraste se explica pelo fato de o indicador produzido pelo DIEESE apresentar variações comparativamente menores desde o segundo semestre de 2002.

TABELA 1  
DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS EM COMPARAÇÃO COM O INPC-IBGE  
BRASIL - JANEIRO A JUNHO DE 2003

REAJUSTE CONQUISTADO EM RELAÇÃO AO INPC	TOTAL DE CATEGORIAS	PERCENTUAL
<b>ACIMA DO INPC</b>	31	20,8
MAIOR QUE 5%	1	0,7
MAIOR QUE 4% E MENOR QUE 5%	1	0,7
MAIOR QUE 3% E MENOR QUE 4%	0	0,0
MAIOR QUE 2% E MENOR QUE 3%	5	3,4
MAIOR QUE 1% E MENOR QUE 2%	2	1,3
MAIOR QUE 0% E MENOR QUE 1%	22	14,8
<b>IGUAL AO INPC</b>	37	24,8
DE 0% A 1% A MENOS	14	9,4
ENTRE 1% E 2% A MENOS	17	11,4
ENTRE 2% E 3% A MENOS	9	6,0
ENTRE 3% E 4% A MENOS	7	4,7
ENTRE 4% E 5% A MENOS	9	6,0
MAIS QUE 5 % A MENOS	25	16,8
<b>ABAIXO DO INPC</b>	81	54,4
<b>TOTAL</b>	149	100,00

Fonte: DIEESE- Banco de Dados Sindicais

TABELA 2  
DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS POR SETOR DE ATIVIDADE EM RELAÇÃO AO INPC-IBGE  
BRASIL – JANEIRO A JUNHO DE 2003

VARIAÇÃO	INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MAIOR QUE O INPC	25	34,7	1	5,6	5	8,5	31	20,8
IGUAL AO INPC	17	23,6	11	61,1	9	15,2	37	24,8
MENOR QUE O INPC	30	41,7	6	33,4	45	76,3	81	54,4
TOTAL	72	100,0	18	100,0	59	100,0	149	100,0

Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais

TABELA 3  
DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA EM RELAÇÃO AO INPC-IBGE  
BRASIL – JANEIRO A JUNHO DE 2003

VARIAÇÃO	NORTE E NORDESTE		CENTRO-OESTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MAIOR QUE O INPC	1	10,0	1	6,7	23	23,7	6	22,2	31	20,8
IGUAL AO INPC	2	20,0	1	6,7	18	18,6	16	59,3	37	24,8
MENOR QUE O INPC	7	70,0	13	86,7	56	57,7	5	18,5	81	54,4
TOTAL	10	100,0	15	100,0	100	100,0	27	100,0	149	100,0

Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais

TABELA 4  
DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS POR DATA-BASE EM RELAÇÃO AO INPC-IBGE  
BRASIL – JANEIRO A JUNHO DE 2003

VARIAÇÃO	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MAIOR QUE O INPC	1	10,0	5	55,6	2	7,4	1	7,1	20	26,7	2	14,3	31	20,8
IGUAL AO INPC	2	20,0	0	0,00	12	44,4	4	28,6	18	24,0	1	7,1	37	24,8
MENOR QUE O INPC	7	70,0	4	44,4	13	48,2	9	64,4	37	49,3	11	78,6	81	54,4
TOTAL	10	100,0	9	100,0	27	100,0	14	100,0	75	100,0	14	100,0	149	100,0

Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais

TABELA 5  
DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS EM COMPARAÇÃO COM O ICV-DIEESE  
BRASIL - JANEIRO A JUNHO DE 2003

REAJUSTE CONQUISTADO EM RELAÇÃO AO INPC	TOTAL DE CATEGORIAS	PERCENTUAL
<b>ACIMA DO ICV</b>	82	55,0
MAIOR QUE 5%	2	1,3
MAIOR QUE 4% E MENOR QUE 5%	1	0,7
MAIOR QUE 3% E MENOR QUE 4%	4	2,7
MAIOR QUE 2% E MENOR QUE 3%	3	2,0
MAIOR QUE 1% E MENOR QUE 2%	59	39,6
MAIOR QUE 0% E MENOR QUE 1%	13	8,7
<b>IGUAL AO ICV</b>	2	1,3
DE 0% A 1% A MENOS	17	11,4
ENTRE 1% E 2% A MENOS	7	4,7
ENTRE 2% E 3% A MENOS	7	4,7
ENTRE 3% E 4% A MENOS	10	6,7
ENTRE 4% E 5% A MENOS	2	1,3
MAIS QUE 5 % A MENOS	22	14,8
<b>ABAIXO DO ICV</b>	65	43,6
<b>TOTAL</b>	149	100,0

Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais

TABELA 6  
DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS POR SETOR DE ATIVIDADE EM RELAÇÃO AO ICV-DIEESE  
BRASIL – JANEIRO A JUNHO DE 2003

VARIACÃO	INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MAIOR QUE O ICV	51	70,8	15	83,3	16	27,1	82	55,0
IGUAL AO ICV	0	0,0	0	0,0	2	3,4	2	1,3
MENOR QUE O ICV	21	29,2	3	16,7	41	69,5	65	43,6
TOTAL	72	100,0	18	100,0	59	100,0	149	100,0

Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais

TABELA 7  
DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS POR REGIÃO EM RELAÇÃO AO ICV-DIEESE  
BRASIL – JANEIRO A JUNHO DE 2003

VARIAÇÃO	NORTE E NORDESTE		CENTRO-OESTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MAIOR QUE O ICV	3	30,0	4	26,7	51	52,6	24	88,9	82	55,0
IGUAL AO ICV	0	0,0	0	0,0	2	2,1	0	0,0	2	1,3
MENOR QUE O ICV	7	70,0	11	73,3	44	45,4	3	11,1	65	43,6
TOTAL	10	100,0	15	100,0	100	100,0	27	100,0	149	100,0

Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais

TABELA 8  
DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS POR DATA-BASE EM RELAÇÃO AO ICV-DIEESE  
BRASIL – JANEIRO A JUNHO DE 2003

VARIAÇÃO	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MAIOR QUE O INPC	4	40,0	5	55,6	17	63,0	7	50,0	42	56,0	7	50,0	82	55,0
IGUAL AO INPC	0	0,0	0	0,00	1	3,7	0	0,0	1	1,3	0	0,0	2	1,3
MENOR QUE O INPC	6	60,0	4	44,4	9	33,3	7	50,0	32	42,7	7	50,0	65	43,7
TOTAL	10	100,0	9	100,0	27	100,0	14	100,0	75	100,0	14	100,0	149	100,0

Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais

GRÁFICO  
DISTRIBUIÇÃO DE ACORDOS SALARIAIS EM COMPARAÇÃO COM O INPC-IBGE  
JANEIRO A JUNHO DE 2003

